

CONFRONTOS NA SÍRIA: A TEORIA CRÍTICA APLICADA AO CONSELHO DE SEGURANÇA

CONFRONTATIONS IN SYRIA: THE CRITICAL THEORY APPLIED TO THE SECURITY COUNCIL

Luís Fernando Casara Corrêa

RESUMO

Este artigo é um estudo sobre o processo revolucionário na Síria, em que se buscou abordar de forma sucinta a relação entre o conflito e as ações do Conselho de Segurança para a resolução do problema. Para tanto, foi feita uma breve análise do posicionamento do Conselho de Segurança à luz da Teoria Crítica das Relações Internacionais, principalmente a visão de Robert W. Cox, de matriz *neo-gramsciana*, mostrando a manutenção de uma ordem internacional que, vista a partir das teorias tradicionais das Relações Internacionais, tende ser única e imutável. Buscou-se entender porque o Conselho de Segurança não conseguiu até o momento estabelecer um consenso sobre qual seria a melhor decisão a ser tomada no caso sírio e de que forma, principalmente a partir do conceito de hegemonia, o estudo da Teoria Crítica, pode trazer contribuições explicativas para renovar o campo teórico das Relações Internacionais.

Palavras-chave: Síria, Conselho de Segurança, Teoria Crítica, Hegemonia.

ABSTRACT

This article is a study of the revolutionary process in Syria, and it tries to approach the relations between the conflict and the actions of the Security Council to resolve the problem. To that end, it presents a brief analysis of the position of the Security Council in the light of the Critical Theory of International Relations, especially the vision of Robert W. Cox, neo-Gramscian school of thought, showing the maintenance of an international order, that seen by the traditional theories of International Relations, tends to be

unique and unchanging. We search to understand why the Security Council was not able to establish a consensus on what should be the best decision to be made in the case of Syria, and how, especially based on Gramsci's concept of hegemony, the study of Critical Theory can bring explanatory contributions to renew the theoretical field of International Relations.

Keywords: Syria, Security Council, Critical Theory, Hegemony.

1. INTRODUÇÃO

Vivemos em um mundo em que o conflito ainda é fator político determinante para a resolução dos problemas do sistema internacional. O que diferencia o conflito de hoje dos conflitos de tempos passados é a capacidade de negociação e o uso de uma certa “coerção” do próprio sistema internacional para limitar o conflito a sua resolução por vias pacíficas. A coerção é feita em grande parte pelo Conselho de Segurança da ONU (CS) que, desde sua criação, age de forma a amenizar os conflitos internos e externos dos Estados.

Porém alguns conflitos do sistema internacional propõe um desafio maior ao Conselho de Segurança. Tais conflitos expõe uma dificuldade “genética” do CS, explícita na disputa por necessidades individuais atreladas aos conflitos quando estes envolvem, por exemplo, aliados e parceiros econômicos. Analisando dessa perspectiva, em que os membros do CS atrelam interesses particulares à resolução dos conflitos, fica duvidosa a atuação do CS em sua tarefa e, traz o questionamento quanto à legitimidade que alguns Estados tem para controlar o destino do sistema Internacional.

Os conflitos sírios mostraram que alguns assuntos do sistema internacional são mais complexos do que parecem ser e colocaram em xeque a capacidade do Conselho de Segurança em lidar com problemas de natureza conflituosa. Expuseram a dificuldade em alinhar interesses e utilizar o aparato das Nações Unidas para trazer estabilidade ao sistema internacional.

Transpondo a questão do Conselho de Segurança para o campo teórico das Relações

Internacionais, pode-se perceber que o caso sírio está sendo abordado com as mesmas condicionantes presentes durante a Guerra Fria. Parece existir um posicionamento de manutenção de uma ordem estabelecida no pós-Segunda Guerra Mundialⁱⁱ que se desloca diretamente para o período hoje vivenciado, sem considerar as modificações atuais do cenário internacional.

Para obter um outro olhar sobre o problema sírio, a visão da Teoria Crítica, abordada por Robert Coxⁱⁱⁱ, tenta expandir o debate existente nas Relações Internacionais, para além das correntes teóricas tradicionais que atuaram e ainda atuam, como modelo teórico explicativo das Relações Internacionais. Tendo em vista as limitações do uso, em sua forma pura, de modelos teóricos tradicionais, como o Realismo, novas abordagens teóricas, como as da Teoria Crítica, tornam-se imprescindíveis.

No que concerne este artigo, foi abordada a Teoria Crítica, também chamada de *neo-gramsciana*, pois busca, embasada nas concepções do teórico italiano Antonio Gramsci, uma explicação mais ampla sobre os problemas enfrentados no atual sistema internacional. Robert Cox faz uma leitura importante de Gramsci, baseada na concepção gramsciana de materialismo histórico, deslocando conceitos como *hegemonia*, *bloco histórico*, *sociedade civil*, entre outros, para serem analisados à luz da atual configuração do sistema internacional, torna os conceitos *gramscianos* atuais, servindo de importante aporte teórico para as Relações Internacionais do século XXI.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

As revoluções sociais no Oriente Médio, também conhecidas como “Primavera Árabe”, tiveram início no final de 2010. O estopim para o início de um movimento revolucionário em todo Oriente Médio se deu quando, na Tunísia, Mohammed Bouazizi, vendedor ambulante ilegal de 26 anos, ateou fogo em si mesmo após um policial confiscar suas mercadorias. A partir desse fato, países como Egito, Iêmen, Bahrein, Líbia, Síria, Marrocos e Argélia, enfrentaram, e ainda enfrentam, revoltas sociais que buscam uma

mudança significativa para toda a população, tanto na esfera social quanto política^{iv}. A revolta social nesses países é o resultado de anos de atraso democrático e social, condicionados a governantes que se mantêm e mantiveram no poder por décadas.^v

O início das revoluções na Síria, em 15 de março de 2011, provenientes de um processo sócio revolucionário em todo oriente médio, não foi diferente. Inicialmente, ocorreram grandes manifestações nas ruas, rapidamente reprimidas. O governo do Presidente Bashar Al Assad, usou de força para conter os manifestantes, criando um ambiente de tensão interna e externa. Com a chegada de forças rebeldes à capital Damasco, os conflitos entre oposição e governo se intensificaram.

Inicialmente a oposição reivindicou uma maior abertura democrática, fazendo com que Assad decretasse o fim do estado de emergência e a aprovação de uma nova constituição. Porém, a oposição mudou seu discurso, pedindo diretamente a saída de Assad do poder.^{vi} Assad deixou claro seu posicionamento com relação ao pedido de renúncia, segundo ele: “Não sou um fantoche. Eu não fui feito para que os ocidentais me digam que eu devo ir ao Ocidente ou qualquer outro país. Eu sou um sírio. Fui feito na Síria e para viver e morrer na Síria.”^{vii}

O caso sírio se torna mais complexo quando tratado na esfera do Conselho de Segurança da ONU. Com posicionamentos adversos, os cinco permanentes (China, Estados Unidos, França, Grã Bretanha e Rússia) não conseguem estabelecer coesão sobre o que deve ser feito para amenizar as questões enfrentadas na Síria. Se, por um lado, EUA, França e Grã Bretanha apoiam uma intervenção humanitária, de outro, Rússia e China pregam a não interferência externa, sobretudo devido ao recente caso líbio.^{viii}

Para tanto, o Conselho de Segurança possui uma tarefa difícil de ser resolvida.^{ix} O constante veto de Rússia e China descarta qualquer diálogo para a aplicação de uma resolução. O governo russo já deixou claro que não permitirá, em nenhuma hipótese, a ação externa na Síria. Assim como declarou o Ministro das Relações Exteriores Russo, Sergey Lavrov: “Se alguém tiver a intenção de usar a força a qualquer preço –

ouvi pedidos para o envio de tropas árabes à Síria – dificilmente poderemos impedir, mas não receberá nenhuma ordem do Conselho de Segurança.”^x

Os outros três permanentes - Estados Unidos, Grã Bretanha e França - por diversas vezes tentaram, através da união com membros rotatórios do Conselho de Segurança^{xi}, propor uma resolução para a Síria, sem sucesso. Esse impasse trouxe a público discursos impacientes de representantes destes países, que condenaram duramente o posicionamento russo de veto às resoluções propostas. Segundo Hillary Clinton, Secretária de Estado dos Estados Unidos, o posicionamento russo, estaria contribuindo para a guerra civil na Síria.^{xii}

Quando analisamos os discursos de representantes dos governos envolvidos, percebemos que o jogo de poder existente atrapalha as negociações para ambas as partes. Por diversas vezes a Secretária de Estado dos Estados Unidos, Hillary Clinton, demonstrou em seu discurso tom ameaçador, deixando a questão diplomática um pouco de lado. Em uma das reuniões para tentativa de resolução do problema sírio, Hillary deixou claro que tanto para Rússia, quanto para a China, o impasse na aprovação de uma resolução contra a Síria pelo Conselho de Segurança traria responsabilidades a serem cobradas. Em suas palavras: "Não basta vir a uma reunião dos Amigos da Síria. A única forma de obter resultados é que cada país representado aqui faça Rússia e China compreender que há um preço a pagar.^{xiii} O Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, também se posicionou com relação à situação síria, principalmente devido aos protestos em frente à embaixada norte-americana em Damasco. Obama disse em entrevista que estamos assistindo o presidente Assad perder legitimidade frente a seu povo. E completou: “Ele perdeu oportunidade atrás de oportunidade para apresentar uma agenda de reformas genuínas. E é por isso que temos trabalhado em nível internacional para nos certificar que a pressão mantenha-se alta.”^{xiv}

Em contrapartida, tanto Rússia quanto China mantiveram seu posicionamento contra qualquer interferência externa na Síria.^{xv} A Rússia contribui ao seu modo quando trouxe para negociar em seu

território representantes da oposição e do governo. Para a Rússia, a negociação deve ter como resultado a transição negociada do atual governo para um governo plural e democrático que seja representado pela vontade do povo sírio. Para o Ministro das Relações Exteriores Russo, Sergey Lavrov,

[...] a Rússia é a favor de um cessar-fogo imediato e coordenado entre todas as partes do conflito, com monitoramento internacional imparcial, além do acesso da ajuda humanitária aos civis e o início de um diálogo entre as partes sírias sem condições prévias.^{xvi}

Em outra tentativa recente para negociação do conflito sírio, foi dada a tarefa a Kofi Annan, ex-Secretário Geral das Nações Unidas, de mediar uma transição pacífica e o diálogo entre governo e oposição. A escolha de Annan deve-se pela capacidade de negociação e de anos de experiência como Secretário Geral. Além de Secretário Geral, ocupou cargos como Representante Especial do Secretário-Geral na antiga Iugoslávia e Enviado Especial da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). Antes de desempenhar estas funções, Annan serviu às Nações Unidas em outros postos e dedicou mais de 30 anos de sua vida às Nações Unidas, trabalhando em lugares tão diferentes como Adis Abeba, Cairo, Genebra, Ismailia (Egito) e Nova York.^{xvii} Não se trata portanto de um político ou representante de algum Estado membro do Conselho de Segurança, mas sim de uma pessoa altamente preparada que vai além dos interesses particulares dos membros do Conselho de Segurança.

Nem mesmo a ONU via como tarefa fácil negociar uma solução para o conflito mediante tantas interferências externas. Kofi Annan reuniu-se com representantes de ambas as partes e buscou apoio tanto do bloco liderado por Estados Unidos, Grã Bretanha e França, como do bloco Rússia e China. Sua função era negociar a resolução pacífica da crise. Tinha o mesmo pensamento de Rússia e China: “Acho que qualquer aumento das operações militares causaria uma deterioração da situação”.^{xviii} Mesmo após negociar com ambas as partes,

percebeu que os interesses, ainda que permeados pela questão humanitária, permaneciam conflitantes. A própria ONU se viu presa aos interesses do Conselho de Segurança, mantendo a situação estática mesmo com a participação de Kofi Annan. Enquanto tentava trabalhar no cerne do conceito da ONU de resolução de conflitos, em que a negociação é o meio mais adequado, o Conselho de Segurança, representado por Estados Unidos, Grã Bretanha e França, mantinha o pensamento de intervenção.

O que torna o caso sírio ambíguo é que, para a ONU, a interferência externa direta, militar ou não, só é necessária quando o problema pode causar danos sistêmicos, ou seja, uma situação que possa vir a se transformar em um conflito internacional.^{xix} Entretanto, no caso sírio a questão só se tornaria propícia à intervenção havendo a ingerência (ou intervenção) externa e não na situação que o país apresentava naquele momento – argumento também sustentado por Rússia e China. O perigo da interferência externa gerariam condições que até então não se observava.

Para Kofi Annan ficou claro que os interesses eram conflitantes e que não seria possível estabelecer um denominador comum para a situação. Em suas palavras:

A crescente militarização em terra e a evidente falta de unidade no Conselho de Segurança, mudaram fundamentalmente as circunstâncias para o exercício da minha função [...] Em um momento que precisamos – quando o povo sírio precisa desesperadamente de ação – continuam existindo acusações e xingamentos no Conselho de Segurança [...] Sem uma pressão internacional unida, significativa e séria, inclusive dos poderes regionais, é impossível para mim ou qualquer um, compelir o governo sírio, em primeiro lugar, e também a oposição, a tomar medidas necessárias para começar um processo político.^{xx}

Com a saída de Annan como mediador, um ano após o início dos confrontos na Síria, a ONU perde mais uma batalha na questão. Não apenas por ter perdido um “homem de grandes

qualidades, um brilhante diplomata e uma pessoa muito honesta”^{xxi} como citou o Presidente Russo, Vladimir Putin, mais ainda, por demonstrar sua ineficácia em resolver os problemas de ordem internacional, motivo pelo qual foi criada, bem como de seu Conselho de Segurança, em propor soluções coesas em casos como o ocorrido na Síria.^{xxii}

Passados mais de doze meses do início dos confrontos na Síria, percebe-se a dificuldade em, como já mencionado, estabelecer a transição de governos ditatoriais, como é o caso de Assad na Síria, para regimes plurais e democráticos. Diversos fatores contribuem para a não resolução do problema. Primeiro, as potências não têm coesão sobre o que deve ser feito, divergências de cunho político e econômico destoam o foco principal - trabalhar em um projeto pró Síria.^{xxiii} Segundo, a falta de diálogo entre oposição e governo na Síria, somada ao apoio ocidental dado à oposição^{xxiv}, contribui para o afastamento do diálogo e, cada vez mais, para o isolamento do governo de Assad no cenário internacional. Outro fator que perpetuou a situação síria, tanto por questões de interesse russo quanto em defesa de seu aliado estratégico, foi o uso do veto dentro do conselho de segurança.

O presidente da Federação russa, Vladimir Putin, deixa claro seu posicionamento quanto ao veto. Para ele: “o veto não é um capricho, mas uma parte integrante do sistema mundial, como consagrado na Carta das Nações Unidas, a propósito, por insistência dos Estados Unidos.”^{xxv} Para Putin, o veto ao posicionamento dos demais países do Conselho de Segurança significa não repetir os mesmos erros ocorridos com intervenções passadas que, como no caso do Iraque, não garantiram a democracia anunciada. Segundo Putin:

Em geral, o que está acontecendo no mundo árabe é muito instrutivo. Acontecimentos mostraram que o desejo de introduzir a democracia por métodos de força pode - e muitas vezes leva - a um efeito completamente oposto.^{xxvi}

Desde março de 2011, cerca de 36 mil pessoas já morreram na Síria.^{xxvii} Esse dado deteriora cada

vez mais a situação política no país, fazendo com que o argumento russo de não intervenção torne-se cada vez mais difícil.^{xxviii} No entanto, até agora não pôde ser observada nenhuma tentativa de romper os discursos e intervir passando por cima dos interesses particulares.

3. TEORIA CRÍTICA x TEORIA DE RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS

Para explicar o caso concreto – questão síria aqui levantada –, buscou-se estabelecer contato com uma corrente teórica pouco debatida no meio acadêmico, principalmente no meio acadêmico brasileiro. A Teoria Crítica, aqui aplicada, aparece como uma corrente teórica de possibilidades, frente à imobilidade teórica das Relações Internacionais (RI). Sua abordagem é comumente vista com maus olhos pelas demais correntes teóricas que não se interessam por uma mudança normativa mais profunda. Portanto, “os demais modos de pensamento censuram-se como inadequados e incompreensíveis em seus próprios termos (o que impede esclarecer, por exemplo, o surgimento de um fenômeno como o fundamentalismo islâmico, em assuntos internacionais)” (COX, 1981, p. 132). “Uma teoria sempre serve a alguém e a algum propósito” (COX, 1981, p. 128), portanto todas as lentes até agora usadas nas RI tiveram um propósito: a manutenção de uma ordem sistêmica que prevê poucas possibilidades de modificação integral. Cox, e a própria Teoria Crítica, trazem essa possibilidade, abrindo uma nova janela ao pensamento das RI's, dentro de um cenário pré-estabelecido.

Quando abordamos uma teoria, podemos, dentre outras possibilidades, saber se ela tem como objetivo manter a ordem existente ou mudá-la. Robert Cox vai abordar esse tema, identificando os problemas das demais teorias em realizar ajustes à ordem já estabelecida, e abrir o diálogo com a Teoria Crítica, fugindo do convencional teórico de manutenção do *status quo*^{xxix} existente. Para isso, vai distinguir a Teoria Crítica, fundada na tentativa de modificação de ordens que tendem à dominação, e a teoria de resolução de problemas, que poderia ser entendida como sendo as demais teorias das RI's

(principalmente o Realismo e o Neo-Realismo^{xxx}), que tendem apenas a ajustar o modelo estrutural já existente.

Para Cox, *Problem-solving Theory* - ou Teoria de Resolução de Problemas - tende a corrigir as disfunções do sistema, analisando os problemas separados do contexto total. Em seu trabalho *Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory*, Robert Cox estabelece a distinção entre Teoria Crítica e, principalmente, entre a corrente Realista e sua versão mais recente, o Neo-Realismo. Para ele, a Teoria da Resolução de Problemas seria um guia para ajudar a resolver os problemas colocados dentro dos termos da perspectiva particular. Seu objetivo geral é fazer com que as instituições de dominação existentes funcionem sem problemas por meio do enfoque fechado da origem de problemas específicos (COX, 1981, p. 129). Cox segue:

A teoria de resolução de problemas pode ser representada, numa perspectiva mais ampla da teoria crítica, servindo determinados interesses nacionais, setoriais, ou de classes confortáveis dentro da ordem dada. Na verdade, o objetivo da teoria de resolução de problemas é conservador, uma vez que tem como meta resolver problemas surgidos em várias partes de um conjunto complexo, de modo a suavizar o funcionamento do conjunto. (COX, 1981, p. 129)^{xxxi}

A crítica de Cox à Teoria de Resolução de Problemas dá-se^{xxxii}, pois, defende a ideia que tanto as relações sociais quanto as políticas não são estáticas; elas permanecem em contínuo processo de mudança. Percebe-se aqui a função do historicismo (e da própria dialética), muito considerado em suas análises.

Para avaliar as esferas humanas particulares dentro de um processo histórico, Cox sugere a adoção de métodos das *estruturas históricas*, no qual são investigadas três esferas sociais de atividades: as *forças sociais*, construídas pelo processo de produção; a *forma de Estado*, derivada do estudo dos complexos sociais e estatais; e as *ordens mundiais*, que são as configurações de forças que continuamente definem as relações de paz e guerra entre os

Estados. Essas três esferas seriam inter-relacionadas à medida que, por exemplo, as mudanças na forma de produção gerariam novas forças sociais que, por sua vez, modificariam as estruturas do Estado e levariam a alterações das ordens mundiais. (SARFATI, 2005, p. 254)

Modificação talvez seja, epistemologicamente, a própria centralidade da teoria crítica. A teoria alocaria o cerne da possibilidade de alteração de um sistema pré-concebido, tendo a funcionalidade de aproximar a realidade à modificação. “A teoria crítica é dirigida ao complexo social e político como um todo e não para as partes separadas” (COX, 1981, p. 129). Irá questionar não apenas a ordem atual existente, como também seu surgimento e como se dá a sua manutenção. Esse questionamento é imprescindível dado o alinhamento das demais teorias com o processo de formação e de manutenção do sistema internacional. Assim segue:

A teoria crítica, é claro, não é indiferente com os problemas do mundo real. Os seus objetivos são tão práticos quanto os da teoria de resolução de problemas, mas aborda a prática de uma perspectiva que transcende a da ordem existente que a teoria de resolução de problemas toma como ponto de partida. (COX, 1981, p. 130)^{xxxiii}

Robert Cox deixa claro em seus estudos a necessidade de se estabelecer a aplicabilidade da teoria com o campo das relações internacionais, uma vez que, trabalhar com diversas alternativas tenderiam a deixar a teoria utópica. Porém, apesar de reconhecer esse elemento de utopia, vai além, explicando que a utopia de sua teoria pode ser representada como uma imagem coerente de uma ordem alternativa, condicionada à compreensão dos processos históricos, a fim de propor as modificações necessárias para a formação de um novo bloco histórico.^{xxxiv}

Portanto, o primeiro passo para distinguirmos a teoria crítica das demais teorias usadas nas RI é diferenciar a teoria crítica, fundada numa possibilidade de modificação que mesmo hoje torna-se cada vez mais atual, de um apanhado teórico que funcionou como alternativa de reparo

em um sistema que encontra-se em constante modificação.

4. DA TEORIA PARA O CONSELHO DE SEGURANÇA

Robert Cox foi bem sucedido ao trazer para o campo das Relações Internacionais os conceitos gramscianos. Bem sucedido, pois Antonio Gramsci desenvolveu seu pensamento para questões internas do Estado. Suas concepções elaboradas sobretudo em *Cadernos do Cárcere* estão muito ligadas ao momento histórico por ele vivido, momento de ascensão de Mussolini na Itália, onde é preso (1926 a 1937) e começa a desenvolver suas premissas teóricas. Cox, ao ler Gramsci, usa conceitos que se adaptaram muito bem para explicar a ordem predominante em determinados momentos históricos, podendo assim trazer Gramsci para a atualidade do pensamento das Relações Internacionais (MEZZARROBA, 2005, p. 9).

Talvez, o conceito mais importante dentre os usados por Cox, seja o de hegemonia. Este conceito possui uma pluralidade de análises que, por si só, já bastariam para atualizar o pensamento das RI. Ao considerar a sociedade civil e política como entes modificadores e de manutenção da ordem, introduz uma representatividade importante que perpassa a importância do núcleo duro do Estado e das relações de poder, principalmente de vertente Realista. Cox não desconsidera o Estado, pelo contrário, para ele o Estado continua sendo o principal ator das Relações Internacionais. Cintudo, tem como ponto principal de sua análise as relações sociais e políticas da formação dos Estados e da participação desses no cenário internacional.

A concepção de hegemonia que Cox trabalha é derivada da concepção gramsciana de hegemonia. Desta forma, pode-se dizer que hegemonia significa conhecimento além de ação e, por isso, é a conquista de um novo nível cultural, a descoberta de coisas que não se conhecia. (MEZZARROBA, 2005, p. 9). A hegemonia no sentido gramsciano está ligada também às questões de poder, à dispersão social de um pensamento hegemônico legítimo.

Vinculada às ações derivadas desse pensamento, dará ao grupo dominante o real poder hegemônico. Cita Mezzaroba:

O grupo pode ficar hegemônico mesmo antes de conquistar o poder, para isso basta que consiga difundir entre todos os seus membros a sua identidade político-cultural. Quando o grupo passa a exercer o poder, ele se torna dominante, mas isso não basta, acima de tudo ele deve ser dirigente. (MEZZAROBA, 2005, p. 9)

Cox, transpõe essa ideia para o nível internacional e inclui as instituições para legitimar o pensamento gramsciano no cenário internacional. Cox deixa claro que o papel das Organizações Internacionais é fundamental para esse processo. As Organizações Internacionais (OI) são mecanismos pelos quais as normas universais de hegemonia mundial são expressadas. (MUNHOZ, 2005, p. 94) Para Cox, entre as características das OIs que expressam seu papel na hegemonia estão:

[...] (i) elas incorporam regras que facilitam a expansão de ordens hegemônicas mundiais; (ii) elas mesmas são um produto da ordem hegemônica mundial; (iii) elas legitimam ideologicamente as normas da ordem mundial; (iv) elas cooptam as elites de Estados periféricos; e (v) elas absorvem ideias contra-hegemônicas. (COX, 1993, p. 62)

As OI são as grandes responsáveis por mostrar uma coesão de pensamento que tornam legítima qualquer ação perante o sistema. A cooptação de outras ideologias é fundamental para a manutenção dessa ordem, representada, por exemplo, na participação de Estados que na maioria das vezes não têm expressão no cenário internacional e se limitam a desempenhar o papel de atores meramente representativos nessas instituições. São imbuídos de coerção financeira e senso comum do bem estar ao participar destas organizações, sem se questionar sobre qual é o resultado de estar envolvido no processo. Cox segue:

A hegemonia expande-se e é mantida pelo

sucesso das práticas das camadas sociais dominantes e da influência que elas exercem sobre outros estratos da sociedade por meio do processo que Gramsci descreveu como uma revolução passiva. A hegemonia determina as ideias e, assim, circunscreve a ação. (COX, 2000, p. 194).

O Conselho de Segurança tem mecanismos que tendem a disponibilizar momentaneamente a participação de outros Estados no seu núcleo de decisão. Para tanto, possui os membros rotativos. Estes são eleitos para um mandato de dois anos como membros rotativos, participando do dia-a-dia da tomada de decisão do Conselho de Segurança. Entretanto, a força hegemônica se mostra como a grande ilusionista de um sistema que supostamente tenderia a ser democrático. Com o poder de veto nas votações, os cinco permanentes estabelecem de onde emana o real poder do Conselho de Segurança. Cox, mesmo aceitando o fator de expressão da hegemonia pelas instituições, vai, em uma leitura atual, considerar que os Estados menos poderosos, também influem nas relações interestatais. Segundo Cox:

Eles têm um interesse coletivo em impor limites à atividade das grandes potências e estimulam normas de conduta internacional anticoloniais e antiintervencionistas, favorecendo a redistribuição dos recursos mundiais. Mesmo quando é uma vítima, o Estado pequeno enfatiza a mudança da hegemonia para a dominância, minando as certezas morais, enfatizando a arbitrariedade e o desrespeito às regras. Basta lembrar como a crença hegemônica foi prejudicada nos casos do Vietnã, do Afeganistão, de Granada, de Nicarágua, de El Salvador e do Panamá. (COX, 2000, p. 197-198).

Como já foi visto neste artigo, ficou clara a dificuldade do Conselho de Segurança e de seus membros permanentes em estabelecer um consenso sobre o que deve ser feito a respeito da questão síria. Posicionamentos geopolíticos e econômicos são fatores constantemente consultados na análise de cada Estado envolvido para a tomada de decisão. Diante disso,

questionamentos começam a ser levantados acerca de qual seria a legitimidade dos membros permanentes em deter a exclusividade da decisão sobre o que deve ser feito na Síria.

Ao longo do tempo, o Conselho de Segurança, com premissas de manutenção da paz e Direitos Humanos, conseguiu disseminar a legitimidade que Cox – assim como Gramsci – considera necessária para o alcance da hegemonia. Para isso, deve-se partir da centralidade estabelecida pela hegemonia norte-americana que conseguiu, no pós Segunda Guerra Mundial, tornar seu padrão social universal em diversas culturas, utilizando a ONU e o próprio Conselho de Segurança como ferramentas dessa expansão de pensamento até os dias de hoje.

[...] a união de poder, ideologia e instituições constituiu a base da chamada pax americana (pós-1945), período caracterizado pela hegemonia norte-americana. Dentro dessa concepção, não é possível entender a hegemonia apenas em termos de domínio militar e econômico, como sugerem as teorias realistas/neo-realistas. No caso específico da pax americana, teria sido central a internalização do Estado, ou seja, as forças materiais norte-americanas atreladas à ideologia do livre-comércio levaram a uma institucionalização do ideário norte-americano, principalmente pela constituição de instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e ex-GATT em termos econômicos, e a OTAN, no caso da segurança internacional. Ou seja, a internacionalização da política norte-americana construiu uma forte noção de obrigação internacional que desde o final da Segunda Guerra Mundial tornou-se parte do DNA do governo norte-americano. (SARFATI, 2005, p. 255)

Termos como “guerra contra o terror”, por exemplo, só foram abertamente discutidos mediante a influência norte-americana. Até mesmo a questão síria, em que muito se falou da intervenção permeada pela necessidade de defesa dos Direitos Humanos, é percebida como fator maleável às necessidades dominantes (de uma elite internacional). Da mesma forma, por

exemplo, não vemos esforços dentre os membros do Conselho de Segurança em discutir a intervenção permeada pela questão dos Direitos Humanos em outros conflitos como no Congo.^{xxxv}

Assim, Cox mostra que as OI's (ONU) são a expressão da hegemonia de sociedades que possuem o amplo domínio cultural e de pensamento que na maioria das vezes magnetizam outras sociedades a aceitar suas regras e viver seus ideais. A Teoria Crítica, tendo como característica ontológica o questionamento, irá questionar a ordem existente e essas instituições - que são o resultado direto de uma ampla cadeia de fatores hegemônicos, expressos em nível internacional.

5. CONCLUSÃO

Após analisarmos o contexto do conflito na Síria, e as perspectivas teóricas da Teoria Crítica, aplicadas, principalmente, à condição de dominância estabelecida pelo Conselho de Segurança na tomada de decisões, algumas condições puderam ser observadas.

A primeira delas é que existe um consenso gerado pós-Segunda Guerra Mundial, em que o melhor caminho para a resolução de conflitos e problemas do sistema internacional passa inevitavelmente pelo Conselho de Segurança. Esse consenso, pelo que se percebe, foi criado com a ajuda norte-americana que *intersubjetivamente*, ou seja, com noções compartilhadas socialmente sobre as relações sociais que tendem a se perpetuar na forma de hábitos e expectativas de comportamento, influíram na criação desse consenso^{xxxvi}. Outrossim, o Conselho de Segurança hoje é uma ferramenta ou, como diria Gramsci, um *aparelho privado de hegemonia*, pois pressupõe de seus membros uma adesão voluntária, contratual, não formando assim o que Gramsci chamou de Estado-coerção.

A segunda condição percebida (empiricamente) é que o Conselho de Segurança tornou-se uma ferramenta política para seus membros permanentes e que, por esse motivo, sua capacidade de resolução pacífica de conflitos encontra-se comprometida. Foi observado que, quando se trata de resolução de conflitos,

principalmente quando o que está em jogo são resoluções para ingerência externa em um Estado, o fator político envolvido condiciona seus membros a rever todas as condicionantes, para que essas não destoem de seus interesses econômicos, políticos, geopolíticos, alianças e etc.

Assim, no caso sírio, percebe-se que o impasse estabelecido dentro do Conselho de Segurança não é meramente condicionado à resolução do problema, mas consiste na disputa de poder, principalmente no que tange à manutenção do *status quo* do poder de cada um de seus membros permanentes.

Por fim, percebe-se que a aplicação de um conjunto de teorias construídas para o “conserto” de certos problemas do sistema internacional não possibilita, no campo das Relações Internacionais, um pensar que modifique significativamente a estrutura das relações internacionais, tão somente uma parte problemática limitada por um período histórico fechado. Durante o processo de abordagem feito sobre a Teoria Crítica para a aplicação no caso, foi percebido o quão importante é o dimensionamento dado aos outros fatores levantados por essa teoria. A esses fatores deve-se principalmente a abordagem de Robert Cox que desconstrói, a partir dos conceitos *gramscianos*, a velha estrutura de poder condicionada pela Teoria Realista/Neo-Realista que tende, como produto teórico das escolas europeias e norte-americana, conceber o sistema internacional como sendo único, desconsiderando, por exemplo, o contexto histórico das relações internacionais.^{xxxvii}

Não se busca com isso creditar à Teoria Crítica uma superioridade de análise das Relações Internacionais. Como cita Cox, sempre há um propósito na concepção de uma teoria e provavelmente a Teoria Crítica não foge também dessa regra. No entanto, ao reconstruir a realidade sobre outra perspectiva, insere-se nas Relações Internacionais uma outra possibilidade, um outro caminho, garantindo ao observador uma outra *lente* para a análise das relações internacionais contemporâneas.

BIBLIOGRAFIA

BEDIN, Gilmar Antonio. *A Sociedade Internacional e o Século XXI: Em busca da construção de uma ordem mundial justa e solidária*. Ijuí: UNIJUÍ, 2001.

COX, Robert W. (1995a), “Critical Political Economy”, in B. Hettne (org.), *International Political Economy: Underglobal Disorder*. Nova Scotia: Fernwood Books.

_____. [1981] (1995b), “Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory”, in R. W. Cox e T. Sinclair, *Approaches to World Order*. Cambridge: Cambridge University Press.

_____. [1995] (2000), “Rumo a uma Condição Pós-hegemônica da Ordem Mundial: Reflexões sobre a Relevância de Ibn Kaldun”, in J. N. Rosenau e E-O Czempiel (orgs.), *Governança sem Governo: Ordem e Transformação na Política Mundial*. Brasília: Editora da UnB.

CARNEVALI, Giorgio. *A teoria política internacional em Gramsci*, in Orides Mezzaroba (org), *Gramsci: Estado e Relações Internacionais*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

CHAUÍ, Marilena De Sousa. *O Que é Ideologia*. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1984. Disponível em: <http://pendientedemigracion.ucm.es/info/nomadas/12/wsoares.pdf> acessado em: 21/11/12

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere* (vol. 2). São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2000

GRUPPI, Luciano. *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

NOGUEIRA J.P; MESSARI, N. *Teoria das Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

MEZZAROBA, Orides. *Gramsci e a hegemonia*. In: MEZZAROBA, Orides (org). *Gramsci: Estado e Relações Internacionais*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005. p. 7-27.

MUNHOZ, Carolina Pancotto Bohrer. *Hegemonia e reforma do Conselho de Segurança da ONU*. In: MEZZAROBA, Orides (org). *Gramsci: Estado e Relações Internacionais*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005. p. 79-121.

REBELATTO, Arthur Galli. *A atuação da ONU nos*

conflitos em Darfur (2003 a jul/2007): uma abordagem crítica. 2011. 32 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso. Relações Internacionais. UNIVALI. Balneário Camboriú

SARFATI, Gilberto. Teoria das Relações Internacionais. São Paulo: Saraiva, 2006.

SILVA, Marco Antonio de Meneses, Teoria Crítica em Relações Internacionais. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010285292005000200001&script=sci_abstract&tlng=pt Acessado em: 05/12/2012

VINSETINI, P.F; PEREIRA, A.D. História Mundial Contemporânea (1776-1991): Da independência dos Estados Unidos ao Colapso da União Soviética. 3º Edição. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

ⁱGraduando do Curso de Relações Internacionais pela UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí – SC. E-mail: luisrea@me.com.

ⁱⁱDepois da II Guerra Mundial, que devastou dezenas de países e tomou a vida de milhares de seres humanos, existia na comunidade internacional um sentimento generalizado de que era necessário encontrar uma forma de manter a paz entre os países. Disponível em: <http://www.onu.org.br/conheca-a-onu/a-historia-da-organizacao> Acessado em 04 dez. 2012.

ⁱⁱⁱBuscou-se a visão de Robert W. Cox neste trabalho, pois o presente artigo é resultado de um trabalho de Laboratório de Análise de Relações Internacionais (LARI) em conjunto com a aplicação da Teoria das Relações Internacionais, em que se foi trabalhado o supracitado autor. Não se desconsidera com isso a existência de outros autores que abordam a visão da Teoria Crítica das Relações Internacionais.

^{iv}Disponível em: <http://noticias.r7.com/internacional/noticias/um-ano-apos-inicio-da-primavera-arabe-novos-lideres-se-dividem-entre-islamismo-radical-e-moderado-20111218.html> Acessado em: 28 ago. 2012

^vDisponível em: <http://www.viomundo.com.br/politica/vladimir-safatle-a-primavera-arabe-e-a-indignacao-seletiva.html> Acessado em: 25 ago.

2012

^{vi}Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/atualidades/crise-na-siria-atentado-aumenta-tensao-em-damasco.htm> Acessado em: 03 set. 2012

^{vii}Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1182277-fui-feito-para-viver-e-morrer-na-siria-diz-ditador.shtml> Acessado em: 07 set. 2012

^{viii}Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=19680 Acessado em: 10 set. 2012

^{ix}Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/24092/conflito+na+siria+e+quase+impossivel+de+ser+resolvido+admite+enviado+especial+da+onu.shtml> Acessado em: 27 set. 2012

^xDisponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/19250/russia+impedira+que+conselho+de+seguranca+aprove+intervencao+na+siria.shtml> Acessado em: 28 set. 2012

^{xi}O Conselho de Segurança é o órgão da ONU responsável pela paz e segurança internacionais. Ele é formado por 15 membros: cinco permanentes, que possuem o direito a veto – Estados Unidos, Rússia, Grã-Bretanha, França e China – e dez membros não permanentes, eleitos pela Assembleia Geral por dois anos. Este é o único órgão da ONU que tem poder decisório, isto é, todos os membros das Nações Unidas devem aceitar e cumprir as decisões do Conselho. Disponível em: <http://www.onu.org.br/conheca-a-onu/como-funciona/> acessado em: 04/10/2012

^{xii}Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/ultimas_noticias/2012/05/120531_clinton_russia_siria_m_rc.shtml Acessado em: 04 out. 2012

^{xiii}Disponível em: <http://noticias.bol.uol.com.br/internacional/2012/07/06/eua-pedem-resolucao-da-onu-sobre-transicao-na-siria-com-ameacas-de-sancoes.jhtm> Acessado em: 04 out. 2012

^{xiv}Tradução nossa, do original: *He has missed opportunity after opportunity to present a genuine reform agenda. And that's why we've been working at an international level to make sure we keep the pressure up.* Disponível em: <http://www.nytimes.com/2011/07/13/world/middleeast/13policy.html?pagewanted=all> Acessado

em: 04 out. 2012

^{xv}Disponível em: <http://www.diariodarussia.com.br/internacional/noticias/2012/06/07/russia-e-china-mantem-posicao-sobre-a-questao-siria/> Acessado em: 04 out. 2012

^{xvi}Disponível em: <http://www.diariodarussia.com.br/internacional/noticias/2012/03/14/russia-reafirma-o-direito-de-soberania-do-governo-da-siria/> Acessado em: 04 out. 2012

^{xvii}Disponível em: <http://unic.un.org/imucms/rio-de-janeiro/64/35/o-secretario-geral.aspx> Acessado em: 04 out. 2012

^{xviii}Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/20399/kofi+annan+condena+p+ossivel+intervencao+militar+na+siria.shtml> Acessado em: 04 out. 2012

^{xix}Disponível em: <http://www.onu.org.br/conheca-a-onu/como-funciona/> Acessado em: 05 out. 2012

^{xx}Tradução nossa, do original: *The increasing militarization on the ground and the clear lack of unity in the Security Council, have fundamentally changed the circumstances for the effective exercise of my role [...] At a time when we need – when the Syrian people desperately need action – there continues to be finger-pointing and name-calling in the security council [...] Without serious, purposeful and united international pressure, including from the powers of the region, it is impossible for me, or anyone, to compel the Syrian government in the first place, and also the opposition, to take the steps necessary to begin a political process.* Disponível em: www.un.org/apps/news/infocus/Syria/press.asp?siID=41 Acessado em: 07 out. 2012

^{xxi}Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,vladimir-putin-considera-re-nu-n-c-i-a-d-e-a-n-n-a-n-u-m-a-g-r-a-n-d-e-perda,909977,0.htm> Acessado em: 10 out. 2012

^{xxii}Disponível em: http://gazetarussa.com.br/articles/2012/10/02/crise_siria_e_um_teste_para_a_onu_15815.html Acessado em: 10 out. 2012

^{xxiii}Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/gustavo-chacra/entenda-a-disputa-sobre-a-siria-no-conselho-de-seguranca/> Acessado em: 10 dez. 2012

^{xxiv}Disponível em: [\[adicionais-em-ajuda-para-a-siria\]\(#\)> Acessado em: 10 dez. 2012](http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/eua-anunciam-us-45-milhoes-</p>
</div>
<div data-bbox=)

^{xxv}Disponível em: <http://mn.ru/politics/20120227/312306749.html> Acessado em: 10 dez. 2012

^{xxvi}Disponível em: <http://mn.ru/politics/20120227/312306749.html> Acessado em: 10 dez. 2012

^{xxvii}Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1178660-ong-eleva-numero-de-mortos-na-siria-para-36-mil.shtml> Acessado em: 11 dez. 2012

^{xxviii}Segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos, estima-se que o número de mortos hoje é de 70 mil pessoas. A estimativa é que mais de 4 milhões de pessoas necessitem de assistência humanitária urgente, incluindo mais de 2 milhões de deslocados internos. Até 18 de fevereiro, o número de refugiados sírios no Egito, Iraque, Jordânia, Líbano e Turquia já superava os 857 mil. Se o fluxo de refugiados se mantiver, a previsão é que cheguem a 1,1 milhão até junho. Disponível em: <http://www.onu.org.br/siria/> Acessado em: 19 abr. 2013

^{xxix}[...] idéia de que o mundo é como é em razão da ordem natural das coisas. (CHAUÍ, 1984)

^{xxx}“Essa contemporaneidade, em parte, das concepções realistas do paradigma realista, foi, justamente, o fato que impulsionou alguns autores, como GILPIN e WALTZ, a buscarem atualizar os principais pressupostos realistas, em um movimento chamado neo-realismo político. Esses autores neo-realistas iniciam a sua contribuição ao estudos das relações internacionais nos anos setenta, numa clara tentativa de conferir à teoria clássica do realismo um tratamento mais sistemático e rigoroso, que até então não possuía. Assim, sem abrir mão dos pressupostos do realismo, esses autores neo-realistas buscaram ultrapassar a visão intuitiva e histórica e, numa certa medida simplista, comumente atribuída às ideias realistas.” (BEDIN, 2001, p. 261).

^{xxxi}Tradução nossa. Do original: *Problem-solving theories can be represented, in the broader perspective of critical theory, as serving particular national, sectional, or class interests, which are*

comfortable within the given order. Indeed, the purpose served by problem-solving theory is conservative, since it aims to solve the problems arising in various parts of a complex whole in order to smooth the functioning of the whole.

^{xxxii}“Após tantos anos de esforço para formular métodos científicos neutros, encontramos um autor que afirma abertamente que “toda teoria é para algo e para alguém, ou seja, toda teoria é *interessada* em um estado de coisas, seja ele político, econômico ou social. Assim como fizeram os membros da Escola de Frankfurt, Cox defende a ideia de que toda teoria é relativa aos seu tempo e lugar e, portanto, não pode ser transformada em um modelo absoluto, aplicável universalmente, como se não estivesse associada a certo contexto histórico e político. As teorias tem sempre uma perspectiva, um olhar engajado com a realidade sobre a qual está refletindo, sendo influenciada e influenciando tal realidade.” (NOGUEIRA, J.P; MESSARI, N. 2005, p. 139)

^{xxxiii}Tradução nossa. Do original: *Critical theory is, of course, not unconcerned with the problems of the real world. Its aims are just as practical as those of problem-solving theory, but it approaches practice from a perspective which transcends that of the existing order, which problem-solving theory takes as its starting point.*

^{xxxiv}“A hegemonia gramsciana se materializa precisamente na criação dessa vontade coletiva, motor de um “bloco histórico” que articula numa totalidade diferentes grupos sociais, todos eles capazes de operar, em maior ou menor medida, o movimento “catártico” de superação de seus interesses meramente “econômico-corporativos”, no sentido da criação de uma consciência “ético-política”, universalizadora”. (COUTINHO, 2009, p. 251)

^{xxxv}O Congo na atualidade, vive uma das mais sangrentas guerras civis do continente Africano. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/516127-conflito-no-congo-e-ignorado-pelo-mundo>>. Acessado em: 11 dez. 2012.

^{xxxvi}É notável o número crescente de intervenções, tidas como humanitárias, realizadas pela OTAN (Organização do Atlântico Norte), sem que exista um maior questionamento

em nível internacional sobre a legitimidade destas intervenções ou sobre a partir de que momento criou-se o consenso sobre a necessidade de tais intervenções e seus métodos intervencionistas. “A frequência de lançamento das missões, contudo, difere de toda a história anterior e mantém paridade com os anos 1990. No mesmo período, o número de novas operações da OTAN também cresceu, e entre os anos 2000 e 2008 atingiu um total ligeiramente maior que o registrado para a ONU no mesmo período. Mais do que isso, a atuação independente por parte da OTAN em escala global e o recurso direto à OTAN por parte de membros da ONU representam precedentes importantes.” Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292010000100003>> Acessado em: 19 abr. 2013

^{xxvii}Cabe ressaltar que a Escola Inglesa das Relações Internacionais, destacadamente representada por Martin Wight e Hedley Bull, já preconizava, durante a década de 60 e 70, a análise do apanhado histórico, principalmente na modificação do marco teórico normativo. Sua diferenciação para a Teoria Crítica, é que esta última, realiza sua análise à luz dos conceitos marxistas/gramscianos.